

A VIOLÊNCIA E SUAS COMPLEXIDADES: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO TRABALHO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

PESCAROLO, Joyce Kelly, APNVB¹

FERNANDEZ, Soledad, APNVB²

ARAÚJO, Adriana Cristina, APNVB³

VIANA, Marcos Alan, APNVB⁴

projeto@naoviolencia.org.br

Eixo temático: Violências e convivência nas Escolas - Complexidade, diversidade e multirreferencialidade.

Resumo

O tema da violência tem sido amplamente debatido nos mais diversos meios: na mídia, nos centros acadêmicos como escolas e universidades e até mesmo nas conversas informais que refletem como o tema é entendido no senso comum. Tal efervescência diante do assunto, não poderia deixar de produzir medidas ora adequadas, ora inadequadas. E a escola, enquanto uma instituição de controle social, está, assim como outras instituições, sujeita a sofrer violências e também, produzi-las. Desta forma, é imprescindível que esse debate mais amplo acerca do tema seja produzido no interior das instituições escolares, contando com a participação de todos os envolvidos no processo que envolve o ensinar e o aprender. Nesse processo, os profissionais da educação inevitavelmente encontram-se em posição privilegiada, não apenas para compreender o tema, mas para tomar posições e adotarem medidas que podem fazer a diferença entre tornarem-se passivos diante das violências ou atuantes e transformadores da realidade que vivem. Por isso, compreender de forma mais aprofundada a questão da violência se faz essencial na criação de medidas duradouras e acertadas. Assim, o artigo propor-se-á, não a trazer soluções para o fenômeno da violência ou das violências⁵, o que requereria um outro artigo, mas antes, elucidar as questões

¹ Psicóloga. Especialista em Sociologia Política. Mestre em Sociologia. Membro do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos/UFPR. Psicóloga Educacional da Associação Projeto Não Violência Brasil

² Psicóloga. Especialista em Sociologia Política. Psicóloga Educacional da Associação Projeto Não Violência Brasil

³ Psicóloga. Especialista em Psicologia Clínica e Sociologia Política. Coordenadora Operacional da Associação Projeto Não Violência Brasil

⁴ Psicólogo. Especialista em Psicanálise das Toxicomanias. Psicólogo Educacional da Associação Projeto Não Violência Brasil

⁵ Sabemos que há um amplo debate no interior do campo acadêmico que entende que não se pode apenas falar “a violência” (Zaluar, 2005, Abramovay e Rua, 2003), pois tal fenômeno é muito complexo e aparece em

necessárias para sua compreensão através de uma abordagem científica, objetivando desmistificar crenças equivocadas e questionar modelos mentais que existem quando o debate gira em torno de tema tão polêmico. Como veremos no decorrer do artigo, a dificuldade em operacionalizar o termo *violência* é grande e passa por compreender seu significado ao longo da história, nas diferentes culturas, nas relações e contextos onde ela (a violência) ocorre. E finalmente, traremos a noção de que a violência nem sempre se opõe à paz e a paz, não existe sem conflitos.

Palavras-chave: Violência; Educação; Paz e conflito.

Introdução

O presente artigo nasceu a partir do trabalho⁶ cotidiano realizado com profissionais da área de Educação. Tal trabalho tem nos mostrado que antes de propor estratégias para o desenvolvimento de uma cultura de paz nas escolas, é necessário propiciar, principalmente aos profissionais, uma ampla reflexão sobre a questão da violência, pois frequentemente verificamos, que a forma como pensam tal fenômeno, bem como as suas causas, impede que ações eficazes sejam implementadas e bem sucedidas. O desconhecimento do tema inevitavelmente conduz a pensar medidas que além de ineficazes, muitas vezes acabam por agravar e/ou aumentar episódios de violência na escola. Desta forma, ao pensar o conceito de violência de uma forma mais ampla, possibilitamos à comunidade escolar a busca por estratégias menos midiáticas e mais realistas.

O fenômeno da violência tem ocupado, não só nos meios acadêmicos, mas também no senso comum, lugar de destaque e preocupação. Tendo em vista essa ampla abordagem do tema nos mais diferentes meios, torna-se cada vez mais essencial compreendê-lo de forma criteriosa, principalmente na escola, pois ali é o lugar privilegiado para o desenvolvimento da sociabilidade e da cidadania dos jovens e tal lugar deve sempre primar por uma ambiente no qual as relações de conflito, comuns a todo convívio humano, sejam compreendidas e resolvidas de uma forma pacífica e construtiva.

várias roupagens, desde suas expressões mais físicas como assassinato, espancamento, até formas mais simbólicas e invisíveis. No entanto, adotaremos a generalidade do termo quando fizermos menção a todas as nuances que o conceito abarca e utilizaremos o termo “violências” para enfatizarmos a existência não de uma, mais de várias formas pelas quais a violência se manifesta.

⁶ A Associação Projeto Não-Violência Brasil (APNVB) é uma ONG que atua na área de violência escolar há 10 anos. Nosso trabalho tem como objetivo propiciar às escolas e à comunidade escolar estratégias para fomentar e desenvolver uma cultura de paz. Para tanto, realizamos desde capacitação de profissionais da escola, passando por programas com alunos de várias faixas etárias, até a promoção de uma maior participação e parceria dos pais nas questões escolares.

Quando falamos em violência e de sua relação com a educação, rapidamente compomos um quadro mental no qual situamos os produtores da violência de um lado e conseqüentemente suas vítimas, de outro. No caso das violências ocorridas no ambiente escolar especificamente, cada grupo que compõe tal ambiente tende a ver o outro grupo como causador de violências e o grupo ao qual pertence, como sofrendo dessas violências. Os educadores⁷, por exemplo, queixam-se freqüentemente das violências que sofrem, violências essas quase sempre localizadas no comportamento dos alunos e de seus pais. Sentem-se cada vez mais vítimas de variadas formas de violência e isso tem causado à classe, cansaço, desvalorização, estresse, impotência e desânimo. Todos esses sentimentos acabam por minar as condições subjetivas necessárias para resolver os inúmeros problemas que ocorrem em qualquer escola normal.

No entanto, aderir a este ciclo vicioso, no qual o educador sente que sua condição o coloca, tem sido ineficiente na redução da violência nas relações. Além disso, localizar o problema da violência em um ou em outro grupo faz perder de vista a complexidade de tal fenômeno, que é antes de tudo, multideterminado e multifacetado (Chauí, 1997). Por isso, antes de sequer propormos soluções, é necessário refletir sobre tal conceito e perceber que todos, pais, alunos e educadores sofrem e causam violências dentro e fora da escola.

Como podemos definir a violência?

Na ânsia de buscarmos uma definição para o termo *violência*, freqüentemente incorremos em alguns equívocos que podem comprometer uma análise mais criteriosa. Desta forma, ao nos propor compreender e delimitar o fenômeno da violência, temos que buscar “reunir o que o vulgo separa ou distinguir o que o vulgo confunde.” (Bourdieu et al, 2004, p.25) Ou seja, as prenoções tão presentes no senso comum devem ser evitadas e separadas das científicas.

Conceituar violência é bastante difícil, pois de forma isolada, pouquíssimos comportamentos podem ser classificados como violentos. Para circundarmos este conceito adequadamente precisamos levar em consideração pelo menos três fatores: 1) o momento histórico; 2) a cultura; 3) a relação e o contexto no qual tal comportamento se deu.

⁷ Entenderemos por educadores o grupo de profissionais que atuam na escola.

Um dos equívocos que se comete quando o assunto é violência é tentar defini-la de forma ahistórica, atemporal e independente de qualquer processo cultural no qual ela está inserida. Frequentemente caímos na tentação de definir *violência* como um conceito fechado em si mesmo e assim, ignoramos a obviedade das mudanças de comportamento ocorridas ao longo da história, das transformações sociais das noções de certo e errado.

Tendemos também a fazer comparações não muito válidas do ponto de vista científico, pois comparar o nível de violência existente em épocas diferentes implicaria compreender não a frequência e intensidade das violências cometidas ao longo da história e nas diferentes culturas, mas o que esses comportamentos, entendidos atualmente por nós como violentos, significavam no contexto x ou y. Na escola, quando os profissionais começam a discutir o tema, aparecem muito amiúde frases como: “hoje em dia a violência está bem pior do que antigamente, o mundo está perdido”. E com isso podemos nos perguntar: será que a violência está simplesmente aumentando ou, além disso, de um modo subjacente, a nossa percepção acerca do que é considerado violento tem sido progressivamente ampliada? Responder a essa questão pode ajudar os profissionais que compõem o quadro escolar a perceberem significativas diferenças entre percepções e realidade e assim, criarem mecanismo mais adequados para lidar com a questão.

A tese elisiana acerca do tema pode nos propiciar algumas reflexões interessantes. Para Elias (1994) é essencial compreender conceitos ou situações considerando-se o processo histórico, o que nos permite inclusive compreender as mudanças sofridas nos nossos parâmetros. Isso está claro, por exemplo, na sua obra “*O Processo Civilizador*”.

Aquilo que Elias denominou de *processo civilizador* constitui-se de um brutal abrandamento das pulsões e das maneiras dos indivíduos. Os costumes tornaram-se mais polidos, a cultura foi se tornando mais “sábida” e refinada e o homem, menos brutal. Esse processo teria como resultado primordial, a progressiva pacificação do espaço social e desta forma, um também progressivo aumento na percepção daquilo que é sentido como violento. Essa crescente e gradativa pacificação só foi possível porque houve um aumento muitíssimo expressivo do autocontrole e uma mudança na expressão da agressividade humana. Segundo Elias (1994, p.190-191), “a agressividade foi transformada, “refinada”, “civilizada” como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e

descontrolada aparece apenas em sonhos ou em explosões isoladas que explicamos como patológicas”.

Poderíamos questionar essa afirmação se pensarmos no nosso cotidiano nas escolas e nos centros urbanos, pois somos o tempo todo bombardeados com informações sobre o expressivo aumento da violência. Desta forma, concluir-se-ia, que não tem sido incomum a expressão da violência nas nossas relações cotidianas e que o mundo moderno também tem dado mostras seqüenciais de violência descontrolada. Mas se prestarmos um pouco mais de atenção, por outro lado, veremos que não é mais legal nem legítimo usar de violência física para resolver nossos conflitos, ou seja, a sociedade não mais aprova, ou acha “normal”, condutas pautadas na agressão. Ao menos não somos mais violentos impunemente, senão do ponto de vista jurídico, pelo menos do ponto de vista moral. Ou seja, um agressor pode sair ileso ao passar pelo sistema penal, mas será alvo de julgamento e desaprovação social.

Wolff (2004) faz uma apreensão bastante útil do que consiste a tese elisiana sobre o que representa a civilização em oposição à violência. Segundo ele, o processo civilizador ocidental é um amplo movimento histórico que tem como motor o surgimento do Estado, a monopolização do poder por uma autoridade única, que se torna a única a poder utilizar a violência. Essa autoridade institui um exército, uma polícia e conseqüentemente o desarmamento de grupos e indivíduos, e, portanto, uma pacificação geral dos costumes. Isso teria conseqüências, sobretudo psicológicas, que estariam na origem dos aspectos que definem a civilização: a repressão dos impulsos espontâneos, domínio das emoções, ampliação do espaço mental, hábito de refletir sobre as causas passadas e as conseqüências futuras dos próprios atos. Com isso, a vida torna-se menos perigosa, mas também menos apaixonada e menos agradável no que diz respeito à possibilidade de satisfazer os

“apetites” com menos postergação. As pulsões⁸ passam a ser satisfeitas de modo sublimado⁹.

No século XIII, por exemplo, e nos que se seguiram, as “explosões de crueldade não excluía ninguém da vida social. (...) O prazer de matar e torturar era grande e socialmente permitido. Até certo ponto, a própria estrutura social impelia seus membros nessa direção, fazendo com que parecesse necessário e praticamente vantajoso comportar-se dessa maneira.” (Elias, 1994, p.192-193).

Podemos então perceber, que as coisas mudaram. Esse tipo de comportamento medieval, difuso e generalizado no que diz respeito à violência, é pouco tolerado nos dias atuais. A forma como as sociedades medievais lidavam com os conflitos são entendidas como criminosas e intoleráveis para os nossos padrões sociais atuais. Com isso não queremos cair no erro de afirmar, como já assinalado anteriormente, que considerando tais mudanças, as nossas sociedades seriam menos violentas que as de outrora, pois isso seria simplista e superficial. Não dá para considerar, por exemplo, que um assassinato teria o mesmo peso e interpretação nas sociedades medievais e contemporâneas, pois nas sociedades medievais, o padrão de comportamento era dado pela exaltação dos sentimentos, fossem eles de ódio ou de paixão.

Já nas sociedades contemporâneas e civilizadas, a expressão dos afetos é perpassada por autocontrole e racionalização. Qualquer manifestação mais impulsiva de raiva é tomada como fator de desqualificação do indivíduo. Existem situações bem definidas para o exercício menos controlado da agressividade, como os esportes e as guerras. Ou seja, é

⁸ O conceito de pulsão está no cerne da Psicanálise e define-se entre o psíquico e o somático, no sentido em que diz respeito a um “representante”, uma delegação do somático ao psiquismo: a pulsão tem sua fonte em fenômenos somáticos, mas tem um destino basicamente psíquico, ela é um estímulo para o psíquico. A pulsão é algo de fora que impulsiona o trabalho no aparelho psíquico, sem ser regida pelos mesmos princípios destes, senão através de seus representantes. Freud aponta, assim, o fato da pulsão, antes de ser um limítrofe, ser um articulador destes dois conceitos. O conceito de pulsão tem por referenciais, a fonte, um processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, a pressão, a quantidade de força que ele representa, a finalidade, que é sempre a satisfação; e o objeto, a coisa através da qual a pulsão atinge sua finalidade. (Souza, 2007)

⁹ Recordemos que por sublimação entende-se a capacidade do sujeito de investir em atividades artísticas, intelectuais, ideológicas, científicas, atividades denominadas por Freud de “atividades superiores”, uma vez que desta forma laços sociais são estabelecidos e fortalecidos, empregando energias que, do contrário, inviabilizariam a vida em sociedade. Compreendido como um processo que consiste em a pulsão se lançar a uma meta outra, distante da satisfação sexual propriamente dita, a ênfase recai sobre o desvio em relação ao sexual; ou seja, pressupõe-se a manutenção do objeto da pulsão, havendo, no entanto, a transformação do alvo. A sublimação seria o que permitiria a constituição de uma dialética da alteridade por meio da inscrição da pulsão no campo da cultura. A arte seria, assim, uma modalidade de sublimação às pulsões, na qual o sujeito manteria o objeto de investimento, transformando seu alvo. (Bartucci, 2000)

inegável que nas sociedades contemporâneas os riscos são menores, a renúncia da satisfação imediata dos apetites em prol da segurança dos indivíduos e do coletivo é maior.

No entanto, não se pode supor que, porque houve um processo civilizador, a violência está banida das nossas sociedades e restrita apenas às situações específicas. A violência permeia todas as nossas relações cotidianamente, mas como disse Elias (1994), com mais controle e menos exaltação. As nossas crianças, por exemplo, embora nasçam numa sociedade mais civilizada, precisam internalizar esses processos de socialização necessários para que os indivíduos saibam como se comportar em sociedade. Isso não significa que nossas crianças sejam violentas, mas apresentam, sem dúvida, uma série de comportamentos incivilizados que podem ser vistos e sentidos pelos adultos como violentos. E na escola isso se evidencia na dificuldade dos profissionais de entenderem as motivações e comportamentos infantis. Há uma inconformidade de aceitar que o autocontrole, presente de forma muito mais intensa nos adultos, não faça parte do comportamento infantil da mesma forma. Embora haja um entendimento racional sobre o fato da aquisição de autocontrole ser parte de um processo, na prática cotidiana e no discurso informal, há uma forte expectativa de que o aluno se comporte como um mini-adulto. E isso obviamente acaba gerando uma ruptura entre as expectativas alimentadas e a realidade encontrada.

Mesmo os adultos, uma vez civilizados, não estão imunes a rompantes de agressão. Como lembra Elias (1994, p.20), “a vida dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões [...], a vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa”. Fato este, que coloca o processo civilizador sob constante ameaça. (Elias, 1997)

O outro fator essencial para classificar um comportamento de violento é a questão cultural, pois há ainda situações ou comportamentos que para determinadas culturas são a expressão máxima da violência e barbárie e ferem brutalmente a moral coletiva daquele povo e para outras culturas, a interpretação de violência diante da mesma situação não se aplica. O canibalismo e o antropofagismo, quase extintos na modernidade, são exemplos, bem como a ingestão de algumas carnes (na Índia não se come a carne da vaca, pois na cultura indiana tal animal detém características sagradas. Já na China, come-se carne de cachorro, animal que na nossa cultura está associado a características humanas e em muitas

casas, os cachorros têm sido substitutos dos filhos que não vieram ou que já cresceram. Desta forma, comê-los, seria para nós ocidentais, impensável, desumano.) e certos rituais de passagem de algumas culturas (um exemplo de tais ritos seria a iniciação das meninas púberes tupinambás, que realiza-se a partir do primeiro fluxo menstrual, designado como "nhemõdigara". As jovens revelam grande temor antes de se submeterem aos rituais sagrados, mas depois suportam com relativa firmeza as provações estipuladas pela tradição tribal, porque “além de lhes cortarem os cabelos com pentes de peixe, colocam-nas sobre uma pedra lisa e lhes retalham a pele com a metade de um dente de animal, das espáduas as nádegas, fazendo uma cruz oblíqua ao longo das costas, com certos talhos, a uma mais, a outra menos, de acordo com a robustez, a sensibilidade ou insensibilidade delas; de modo que o sangue corre de todas as partes". (Thevet, 1995 apud Fernandes, 1948) Esses procedimentos são dolorosos e incutem medo previsível nas jovens a serem iniciadas. Em seguida, seus corpos são cobertos com uma substância cinzenta. Então, ligam o braço e o corpo com fios de algodão e colocam em seu colo dentes de capivara. Tal ritual tem finalidades mágicas, visando tornar os dentes da jovem índia, suficientemente fortes para que ela possa mastigar com eficiência as raízes do *caium*. Acreditam também, que se não obedecem estes ritos, o ventre da moça se contrai, dificultando a concepção. Depois disso se faz a necessária a reclusão).

Durkheim ([1895] 2004) em “Regras Relativas à Distinção entre o Normal e o Patológico”, manifestou preocupação com conceitos e situações que não são universalmente interpretados da mesma forma, como a noção de crime, de normal e de patológico. O mesmo se dá com a noção de violência, a interpretação unívoca parece ser impraticável.

A relação e o contexto no qual os comportamentos se dão são essenciais para classificá-los de violentos ou não. Por exemplo, um soco dado durante uma briga é uma violência, mas na luta de boxe é inclusive desejável, é um esporte, com controle e regras bem estipuladas.

A difícil operacionalização do conceito de violência

Como vimos, há uma certa dificuldade de operacionalizar o conceito de violência e tal dificuldade aumenta quanto mais simbólica e/ou abstrata é a sua manifestação. Há

inúmeras situações que são sentidas, mas de difícil classificação. São situações fluidas e fugidias. Há ainda outras violências que podem nem ser sentidas como tal, como é o caso da violência simbólica. Por mais contraditório que pareça, a violência simbólica é tão mais eficiente quanto menos sentida como violenta e quanto mais legitimada ela é. O conceito de violência simbólica tem sido extremamente importante para as ciências humanas por sua profundidade e sofisticação. Tal conceito foi elaborado por Pierre Bourdieu, embora possamos encontrar nuances do seu significado em outros autores, como Marx, com a noção de *dominação*, Weber com sua expressão “*a domesticação dos dominados*” e ainda em Durkheim, quando ele fala de fato social e coerção.

Bourdieu preocupou-se com essa violência que é sofrida através de sistemas simbólicos como a educação, a arte, a religião, a língua, a ciência, etc. Para Bourdieu (2004), esses sistemas exercem um poder estruturante sobre os indivíduos, ou seja, constitutivo. Mas só podem exercer esse poder porque estão socialmente estruturados, ou seja, fazem parte das práticas e crenças sociais. Esse poder, que certos sistemas simbólicos têm sobre os indivíduos, é denominado *poder simbólico*. São estruturas capazes de impor realidades, de formar consenso acerca do sentido do mundo social, de excluir e incluir indivíduos, de determinar as noções de certo e errado. Essa noção de mundo é reproduzida indeterminadamente através de um processo de inculcar nos indivíduos ideologias, valores, moral. Esse processo é o que Bourdieu chama de violência simbólica. “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação sobre outra (violência simbólica)”. (Bourdieu, 2004, p.11)

E de que forma somos atravessados pela violência simbólica? Sendo inseridos no mundo social. Ou seja, ser um ser social implica em ser moldado, educado, violentado simbolicamente, por um conjunto de idéias hegemônicas, por prenoções de adequação e inadequação, por uma cultura dominante que garante sua reprodução porque entendida como legítima. No entanto, embora pareça algo simples e automático, é longo e complexo o mecanismo que transforma o arbítrio cultural de uma classe em cultura legítima. Segundo Bonnewitz (2003, p. 97- 98), “a tese de Bourdieu revela que a cultura dominante é a cultura da classe dominante que, por um longo trabalho de legitimação, fez esquecer toda parte de arbítrio que está na sua base.” O que o autor quer dizer, é que esse trabalho de legitimação

acaba por naturalizar situações que são, antes de tudo, arbitrárias e não naturais. Revelamos essa naturalização quando evocamos frases como: “as coisas sempre foram assim”. E também quando identificamos os hábitos e comportamentos de uma elite como padrões a serem seguidos.

O mais importante é entendermos que a violência simbólica se distingue de muitas outras por não ser sentida como violência, mas não obstante, ainda poder ser considerada como tal, por ser causada pelo exercício de um poder, também simbólico, capaz de impor realidades, idéias, gostos, consenso, de subjugar sem dar, na grande maioria das vezes, sequer a possibilidade de rebelar-nos contra. Para Bourdieu (2004), essa seria a maior de todas as violências, pois priva os indivíduos inclusive, da liberdade de pensar. “Certos atores sociais estão em situação privilegiada para impor e seu sistema de representação, porque controlam, ou pelo menos exercem uma influência especial em instâncias de socialização como a escola, as organizações religiosas ou políticas, a mídia” (Bonnewitz, 2003, p. 101) Desta forma, cabe-nos perguntar: não seria a escola um local privilegiado para o exercício da violência simbólica? Ao padronizar sistemas de adequação, não estaria a escola coibindo formas culturais distintas daquela considerada “a correta”? E mais, quem determina o que é bom aprender e ensinar?

A questão que fica é: se a violência está em todo lugar, mesmo naqueles que julgamos livres dela, os quais respeitamos por serem vistos como opositores à violência, como é o caso da cultura, da educação, da erudição, da religião, como saber se a violência é boa ou ruim? Como saber que tipo de violência deveríamos combater?

O que é certamente sabível é que, para que haja sociedade precisa haver um alto grau de coerção (uma forma de violência), fato que restringiria o exercício da liberdade individual. Para Durkheim ([1895] 2004), as sociedades se mantêm integradas a partir de um grau de coerção necessário para que práticas coletivas se sobreponham às práticas individuais. Isso não quer dizer que não exista na sociedade espaço para a manifestação da personalidade individual, mas também não se pode esquecer, como vimos em Bourdieu (2004) que a nossa personalidade é totalmente moldada pelas regras jurídicas, morais, dogmas religiosos e sistemas financeiros da sociedade na qual estamos inseridos.

No entanto, aceitar e conviver com a coerção não é um cálculo racional que fazemos, uma escolha consciente considerando prós e contras. Também não se pode pensar

que esta coerção é sempre sentida como algo violento ou castrador. Ao contrário, como vimos, ela é tão mais eficiente quando não a sentimos; e, no entanto a seguimos, como é o caso da violência simbólica. Só sabemos de sua existência quando por alguma razão não nos conformamos a ela, quando tentamos agir sem seguir as regras coletivas de convívio social. Segundo Durkheim ([1895] 2004), a consciência pública reprime todos os atos que ofendam as máximas morais através da constante vigilância que exerce sobre os cidadãos e das penas especiais de que dispõe.

Mas de modo geral, nos conformamos a ela porque de alguma forma compactuamos, mesmo que inconscientemente, com a necessidade de sua existência. É uma espécie de coerção que se manifesta nas “crenças e práticas que nos são transmitidas já feitas pelas gerações anteriores; recebemo-las e adotamo-las porque, sendo ao mesmo tempo uma obra coletiva e uma obra secular, estão investidas de uma particular autoridade que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar.” (Durkheim [1895] 2004, p.37). Com o tempo, essa coerção deixa de ser sentida e dá lugar a hábitos tão internalizados que já não necessitam de uma pressão externa tão intensa para existirem. No entanto, cabe um lembrete à Educação: há que se equilibrar a necessidade de coerção, que reprime comportamentos violentos, com a necessidade de emancipação, que arranca o indivíduo da mansidão e passividade e o coloca como protagonista consciente de sua vida.

Se for possível classificar alguma violência de “boa”, então classificaremos esta que existe para criar e manter a coesão social. Escolhemos a coletividade em detrimento da plena liberdade do indivíduo porque julgamos impossível o indivíduo sem a sociedade, e porque julgamos impossível uma sociedade com indivíduos que façam uso irrestrito da sua vontade e liberdade.

Então, se a “boa” violência é aquela necessária e imprescindível para a criação e manutenção da coesão social, as outras formas de violência serviriam tão somente para desagregar e enfraquecer a trama social. Mas como saberemos os limites da violência responsável por garantir o bem estar, o convívio social, daquela responsável pelo enfraquecimento do exercício da cidadania e dos laços de solidariedade? As barreiras são muito tênues, como vimos até então. Ainda há um outro grande problema: polarizamos violência e pacificação, e um problema maior ainda é polarizarmos pacificação e conflito.

Quando a busca pela paz se veste de violência.

Um fator interessante é que pensamos que para combater a violência precisamos acabar com os conflitos. Se assim pensarmos, no intuito de buscar a paz, encontraremos tão somente a violência, pois sabemos que para os conflitos não emergirem é necessário autoritarismo, repressão, dominação e violência, sejam elas físicas ou simbólicas. Sim, sem dúvida, a questão é paradoxal!

Infelizmente, temos um ideal de paz que é muito diferente da paz possível. Um mundo pacificado apresenta-se no imaginário coletivo vestido de branco, ausente de inquietações internas e externas, todos querendo e desejando a mesma coisa, sem conflitos. Mas como isso seria possível? Simmel (1993) adverte para a impossibilidade da concretude desse ideal:

“É claro que provavelmente não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma “união” pura (Vereinigung) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real. [...]. Assim como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças de atração e repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e de competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis”. (SIMMEL, 1993, p.124)

Essa questão é muito importante porque tem relação direta com a forma como vamos praticar a paz nas escolas. Se entendemos que um ambiente pacífico é aquele livre de conflitos, certamente estaremos disseminando a violência, pois veremos a relação professor-aluno, permeada de forças de atração e repulsão, de associação e competição, de harmonia e desarmonia - processos esses intrínsecos à relação de ensino e aprendizagem - como uma anomalia a ser regulada pela arbitrariedade dos profissionais, que por conta da posição que ocupam, são a parte dominante de tal relação. Aí, os educadores estarão exercendo seu poder de forma arbitrária, desvinculada de uma autoridade estabelecida por processos legítimos. Conquistar tal autoridade implica que o educador, diante da repulsão, da desarmonia e da competição, permaneça firme e consistente, porém justo, coerente e respeitoso, pois a verdadeira autoridade só se constitui quando suporta os testes inseridos na

relação professor-aluno. E nesse sentido não há como fugir do fato de que são os educadores, e não os alunos, os representantes dessa autoridade.

Considerações Finais

Embora o tema violência venha sendo um dos mais debatidos nos meios midiáticos e acadêmicos, a sua operacionalização é sempre algo complexo. Primeiro porque nem toda violência pode ser considerada ruim, como já vimos, certas formas de violência são intrínsecas à formação da sociedade. Segundo porque o fenômeno da violência é sempre atravessado pela percepção, que é moldada pela cultura, história, posição social, experiências individuais, etc. Então, como bem atentou Zaluar (2005), não é possível falar em violência, mas das violências.

Se consideramos os fatores acima relacionado veremos que não há como ter uma linha de ação que atenda ou combata a violência nas suas mais variadas formas de manifestação se nem ao menos há uma definição una, um consenso do que deve ser combatido, mesmo dentro de uma escola. O que dizer das grandes metrópoles, que estão abarrotadas de indivíduos cosmopolitas?

Talvez soluções eficazes para a violência só existam se a tomarmos na direção oposta dos processos de massificação. Com isso queremos dizer que apontar soluções para a questão da violência só é possível se aplicadas em micro contextos, pois possivelmente não haverá soluções e medidas que sirvam para um contexto global.

De qualquer forma, certamente há uma receita mais ampla para as sociedades contemporâneas e conseqüentemente suas escolas: os processos de identificação e alteridade de uma sociedade devem caminhar juntos. Um não deve perder o outro de vista, do contrário sufocaremos o indivíduo ou implodiremos a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M e RUA, M.G. **Violências nas Escolas**. Brasília: Ed.Unesco, 2003.

BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.C. e PASSERON, J.C. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: ed. Vozes, 2004.

CHAUÍ, M. **Introdução à Filosofia**. Porto Alegre: ed. Bertrand Brasil, 1999.

DURKHEIM, E (1895). **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: ed. Martin Claret, 2004.

ELIAS, N. **o Processo Civilizador vol. I e II**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1994.

FERNANDES, F. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: ed. Ática, 1983.

WOLFF, F. **Quem é bárbaro?** In. *Civilização e Barbárie*. Organização: Adauto Novaes. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2004.

ZALUAR, A. **A complexidade da violência: determinantes e conseqüências**. www.cnpq.br/areas/pronex/resumos/humanas/073_98html (acessado em 11/09/05)

SOUZA, D. D. **Uma Introdução ao Conceito de Pulsão**. [007 www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection (acessado em 30/07/2008)

BARTUCCI, G. **Sublimação e Processos de Subjetivação: entre a psicanálise e a arte**. www.comciencia.br/reportagens/psicanalise/psique15.htm (acessado em 30/07/2008)